



REVISTA DO CAAP
fundada em 1921

AS CONTRIBUIÇÕES DO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Marina de Souza Pompermayer¹

RESUMO: O presente texto tem o objetivo de discorrer acerca das contribuições das teorias da dependência para a crítica do sistema econômico capitalista e para o pensamento social latino-americano, fazendo um resgate e distinção das duas vertentes principais: a Teoria da Dependência Marxista (TMD), com ênfase no enfoque de Ruy Mauro Marini, e a Teoria do Desenvolvimento Associado de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Primeiramente, contextualizar-se-á historicamente o surgimento das teorias da dependência, bem como os debates em torno destas. Em seguida, serão contrapostas a abordagem marxista da dependência e a do desenvolvimento associado. Ao fim, será possível evidenciar as contribuições e limites dessas vertentes para se pensar a condição de dependência latino-americana.

Palavras-chave: Teoria da Dependência Marxista; Teoria do Desenvolvimento Associado; América Latina; Dependência; Desenvolvimento

¹ Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Integrante do Núcleo de Estudos Constitucionalismo e Aprendizagem Social – NECONS | ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4571-7706> | E-mail: marinapompermayer@outlook.com

CONTRIBUCIONES DEL DEBATE SOBRE DESARROLLO Y DEPENDENCIA EN AMÉRICA LATINA

RESUMEN: El texto se propone abordar las contribuciones de las teorías de la dependencia para una crítica del sistema económico capitalista y al pensamiento social latinoamericano, revisando y distinguiendo entre dos vertientes principales: la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD), centrándose en la teoría de Ruy Mauro Marini, y la tesis del desarrollo asociado dependiente propuesta por Fernando Henrique Cardoso y Enzo Faletto. Em primer lugar, se contextualizará históricamente la aparición de las teorías de la dependencia, así como sus debates. Luego, se contrastarán el enfoque marxista de la dependencia y del desarrollo asociado dependiente. En cada enfoque, se explicarán las principales categorías y la comprensión del problema de la dependencia. En esa dirección, será posible destacar las contribuciones y los límites de estos enfoques para pensar la condición de dependencia latinoamericana.

Palabras clave: Teoría Marxista de la Dependencia; Teoría del desarrollo asociado dependiente; América Latina; Dependencia; Desarrollo.

1. INTRODUÇÃO

Várias foram as modificações teóricas acerca dos conceitos de *evolução e progresso* após a derrocada do nazifascismo com o fim da 2ª Guerra Mundial. Desde o século XIX, a sociedade europeia era retratada como um estágio de avanço civilizatório nas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais, sendo assim constituída como uma civilização excepcional. No entanto, em vista de todas as barbáries e violações suscitadas com essas teses que serviram como justificção para o Holocausto, já não era mais possível adotar interpretações sobre a evolução pautadas na superioridade racial europeia (SANTOS, 2000, p. 8). Nesse viés, foram desenvolvidas no campo das ciências sociais, durante o século XX, as chamadas *teorias do desenvolvimento*, que encaravam a modernidade como um estágio de racionalidade que os povos deveriam atingir, sendo este o “pleno desenvolvimento da sociedade democrática”, cujo lema era pautado pela busca da produtividade máxima, da criação de investimentos que aumentassem a riqueza dos indivíduos e das nações e da adoção de medidas que corroborassem essa racionalidade econômica (SANTOS, 2000, p. 9). Nesse sentido, os teóricos passaram a crer que o desenvolvimento dependeria da capacidade dos países latino-

americanos de tomar decisões políticas e econômicas adequadas, ou seja, de “levar a cabo, e inclusive, reproduzir, as diversas etapas que caracterizaram as transformações históricas” de países da Europa e dos Estados Unidos, sendo estes modelos para um desenvolvimento futuro das nações subdesenvolvidas (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 19).

Como demonstra Theotônio dos Santos, tais teorias perderam relevância devido ao insucesso do capitalismo de levar as mesmas experiências que ocorreram nas metrópoles às suas colônias (SANTOS, 2000, p. 15). Isso porque mesmo países que apresentavam taxas de crescimento econômico elevado ainda possuíam limites ao seu desenvolvimento socioeconômico, apresentando altas taxas de miserabilidade, analfabetismo e concentração de renda. Assim, já não era mais possível explicar o fracasso do capitalismo em promover condições de bem-estar social na periferia, as quais eram, em certa medida, possíveis no Norte do mundo por meio das chamadas *teorias do desenvolvimento* (SANTOS, 2000, p. 16).

Diante de tal cenário, surge na década de 60 na América Latina um esforço em tentar explicar as características do desenvolvimento econômico local que, até então, a teoria do desenvolvimento não obteve sucesso em explicar. As chamadas *teorias da dependência* surgiram como uma alternativa à literatura científica existente ao contestar a noção de subdesenvolvimento como falta de desenvolvimento, havendo, nesse sentido, uma compreensão do sistema econômico capitalista como um “sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento” (SANTOS, 2000, p. 18). Santos explica que:

a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização (SANTOS, 2000, p. 18).

T. dos Santos (2000, p. 18) traz um panorama teórico, desenvolvido pelos historiadores Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne, que contrapõe a *dependência* ao paradigma da modernidade adotado pela teoria do desenvolvimento. O enfoque na dependência é retratado, dessa maneira, como uma crítica ao enfoque eurocêntrico implícito na teoria do desenvolvimento até então. Ainda, tais teóricos caracterizam as teorias da dependência em quatro pontos fulcrais: a vinculação entre o subdesenvolvimento da periferia do capitalismo e a expansão dos países industrializados; a noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento como aspectos de um mesmo processo global; a ruptura com a ideia do subdesenvolvimento

como um estágio para alcançar o desenvolvimento, linearmente, e, por fim, a dependência também como elemento constituinte da estrutura interna de uma sociedade. Portanto, a Teoria da Dependência foi capaz de tematizar a *tendência à exclusão social crescente, como resultado do aumento da concentração econômica e da desigualdade social* (SANTOS, 2000, p. 30) existente na periferia do capitalismo.

Diante desse contexto, o objetivo do presente artigo é discorrer acerca das contribuições das teorias da dependência para o pensamento social latino-americano, bem como fazer uma análise crítica destas, traçando os seus limites para a crítica do desenvolvimento capitalista na América Latina. Para tanto, será feito o resgate e a distinção entre duas vertentes: a *Teoria da Dependência Marxista* (TMD), notadamente a partir da teorização de Ruy Mauro Marini, e a *Teoria do Desenvolvimento Associado*, protagonizada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Inicialmente, distinguir-se-á o surgimento de tais correntes, bem como as críticas empreendidas às teorias desenvolvimentistas, e, posteriormente, analisar-se-á cada uma dessas interpretações da teoria da dependência.

2. AS VERTENTES DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

As *teorias da dependência*, apesar de inseridas em um contexto específico e de se constituírem como formas de interpretação do desenvolvimento e das peculiaridades do capitalismo na América Latina, não possuem uma unidade nos seus direcionamentos teóricos. Dessa maneira, há diversas correntes que se localizam dentro dessa abordagem. T. dos Santos (2000, p. 19-20) traz ao menos a existência de três grandes vertentes que compõe a teoria da dependência, a partir da leitura de Blomstrom e Hettne.

A primeira é a corrente de autores que se alinham com as propostas desenvolvidas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a partir de uma autocrítica destas, ao descobrir os limites de um projeto de nacional-desenvolvimento autônomo que seria protagonizado por uma burguesia nacional capaz de liderar o crescimento econômico nesses países. São expoentes desse grupo autores como Oswaldo Sunkel, Celso Furtado e Raul Prebisch. O pensamento cepalino se desenvolve, na década de 40, em torno da questão da industrialização na tentativa de fundamentar bases autônomas de desenvolvimento nacional dos países periféricos e superar a condição do *subdesenvolvimento*, que se caracterizaria como um momento social, econômico, político e cultural com a presença de elementos que corroboravam tal situação, sendo estes: a economia de enclave, a monocultura, o colonialismo, o “dualismo” econômico e a situação racial (SANTOS, 2000, p. 65). Para a

CEPAL, o grande obstáculo à superação dessa condição de subdesenvolvimento era a forte presença do setor exportador, já que tais países se constituíram nos anos de 30 e 40 como grandes fornecedores de produtos primários aos países centrais, cujo parque industrial já se encontrava em um estágio avançado. Assim, os teóricos buscaram desenvolver políticas que pudessem viabilizar a passagem para a fase de industrialização, no entanto, conservando as estruturas de poder existentes (SANTOS, 2000, p. 68).

O processo de industrialização na América Latina foi favorecido pela ocorrência de crises globais do capitalismo. Durante a crise de 29, tais países adotaram políticas protecionistas espontaneamente, viabilizando o desenvolvimento da indústria nacional que acabou por substituir diversos produtos que eram antes importados. O cenário do pós-guerra também favoreceu a substituição de importações, já que houve uma limitação da importação e o estímulo à exportação devido à contração do comércio mundial (SANTOS, 2000, p. 69). A CEPAL, no entanto, que representava boa parte da burguesia industrial, começa a perceber a incapacidade de uma distribuição de renda que pudesse aquecer o consumo interno das massas, o que gerou uma estagnação da capacidade produtiva por meio do aumento da demanda interna dos países. Tais teóricos passam, então, a buscar alternativas que prescindiam de um enfrentamento direto às oligarquias agrárias tradicionais, como a inflação, a nacionalização das divisas e o oferecimento de subsídios por parte do Estado à economia rural (SANTOS, 2000, p. 70-71). A burguesia industrial almejava substituir o capital internacional, porém não havia tecnologia nem o peso financeiro para assegurar sua competitividade no mercado em uma fase que o desenvolvimento tecnológico dos países centrais se encontrava avançado. É nesse sentido que a burguesia recorre ao aparato burocrático estatal para poder adquirir esse poder de competição no mercado internacional (SANTOS, 2000, p. 72). Pensava-se ser esse o caminho para se estabelecer o estágio de industrialização necessário para um projeto nacional rumo ao desenvolvimento: não era mais uma oposição entre civilização e barbárie ou moderno e arcaico, mas sim um debate mais sólido quanto à questão do desenvolvimento, *contrapondo uma estrutura industrial avançada a uma estrutura exportadora agrária que deveria ser substituída* (SANTOS, 2000, p. 74).

Com a emergência de vários movimentos e lutas na década de 50 de cunho revolucionário, os quais se voltavam para o modelo tradicional das oligarquias de exportadoras de produtos primários, evidencia-se ainda mais o caráter ambivalente das burguesias locais, uma vez que esses processos revolucionários sofreram repressões sangrentas do capital

internacional ao propor medidas de nacionalização e de reforma agrária (SANTOS, 2000, p. 81). Às discussões até então empregadas, se agrega a questão do capital internacional e o papel do imperialismo, visto que os regimes autoritários existentes eram amplamente apoiados pelo governo norte-americano que sustentava essa oligarquia agrário-exportadora (SANTOS, 2000, p. 75). Em oposição às proposições cepalinas está a segunda corrente: dos marxistas e neomarxistas, que tem como grandes nomes André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra. Esta buscava explicar a forma do capitalismo dependente a partir de categorias marxistas que evidenciavam o problema da exploração e, ainda, empreender críticas à burguesia industrial que se identificava com os interesses do capital e que não possuía qualquer aspiração nacional (SANTOS, 2000, p. 25), demonstrando como o capital internacional se aliou a estruturas coloniais para manter relações servis e como ele fazia parte de um processo de superexploração e expropriação de riquezas, e não de um elemento de colaboração para o desenvolvimento econômico da região (SANTOS, 2000, p. 77).

Já na década de 70, a corrente de pensamento que irá dominar nas teorias da dependência é a Teoria do Desenvolvimento Associado, tendo como os maiores nomes Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, a qual se apoia em um maior cosmopolitismo ao rejeitar a possibilidade de um desenvolvimento nacional autônomo, bem como a necessidade de um processo revolucionário para superar as contradições inerentes ao capitalismo. Esses autores apostam na *viabilidade de um processo de democratização no interior de um capitalismo dependente*, abandonando as perspectivas de enfrentamento da situação da dependência e defendendo um projeto de retorno ao regime democrático (rompido com a instauração da Ditadura Civil-militar-empresarial brasileira) e a sua estabilização dentro do capitalismo dependente (SANTOS, 2000, p. 88) a partir de um desenvolvimento desses países associado ao capital internacional.

3. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDENCIA

Como demonstrado anteriormente, a interpretação marxista sobre a dependência ganha força num cenário de lutas na década de 50 contra as oligarquias agroexportadoras financiadas pelo capital internacional e pelo imperialismo norte-americano. Tal teoria se contrapõe à tese da CEPAL sobre a necessidade de uma revolução burguesa e nacional que fosse capaz de superar uma economia colonial — tida por alguns autores como “feudal” — e dar início a um processo de industrialização. André Gunther Frank será um dos primeiros teóricos a fazer uma forte crítica a tais concepções, apontando para o fato de que a própria América Latina surgia

como uma economia mercantil e as relações escravistas e servis, fulcrais para esse sistema, foram elas mesmas comandadas pelo capital mercantil financeiro (SANTOS, 2000, p. 24-25). Além disso, Frank também negava a existência de uma burguesia nacional na América Latina, já que os segmentos da burguesia não se identificavam com um projeto nacional e democrático de desenvolvimento, mas sim se alinhavam aos interesses do capital internacional (SANTOS, 2000, p. 25) e promoviam um *processo brutal de extração de excedentes da região, inviabilizando o seu desenvolvimento econômico* (SANTOS, 2000, p. 76).

Theotônio dos Santos, outro grande nome da corrente marxista, se contrapunha à tese de que não havia uma burguesia nacional ao afirmar que esta era ambivalente e que estaria cada vez mais se alinhando ao capital internacional (SANTOS, 2000, p. 77). Nesse sentido, T. dos Santos desenvolve sua teoria em consonância com a obra de Ruy Mauro Marini, tendo como enfoque o *subimperialismo*, Estes autores promoveram um enfoque na situação da América Latina dentro do contexto de expansão do capitalismo mundial, sendo ela possibilitadora desse processo ao se firmar, com auxílio do capital comercial, como uma economia voltada para a agroexportação e atender as demandas do processo de industrialização dos países centrais (SANTOS, 2000, p. 79). Santos propõe que é necessária a superação da situação da dependência, bem como o modelo econômico social político e cultural burguês que preconiza o “progresso” em direção a uma civilização nos moldes europeu e estadunidense (SANTOS, 2000, p. 96).

3.1. SUBIMPERIALISMO, SUPEREXPLORAÇÃO E DEPENDÊNCIA NA OBRA DE RUY MAURO MARINI

Na obra *Subdesenvolvimento e Revolução* (2013), Ruy Mauro Marini irá esmiuçar sua crítica ao projeto cepalino do nacional-desenvolvimento autônomo, demonstrando o fracasso da burguesia em consolidar esse projeto e os seus limites estruturais num cenário de dominação do capital internacional, bem como a impossibilidade de desenvolvimento de um forte mercado interno no contexto de superexploração existente na América Latina devido ao próprio caráter *dialético* do capital e das contradições intrínsecas do modo de produção capitalista. No ensaio *Dialética da Dependência* (2017), irá desenvolver a tese de que esse sistema, se por um lado, possibilita o avanço social, econômico e tecnológico nos países centrais, por outro, mantém a lógica de superexploração na periferia, impossibilitando que haja a sobrevivência de um capitalismo dependente ao mesmo tempo que se tem avanços democráticos e a *consolidação*

de políticas de bem-estar social. Como afirma Marini (2013, p. 47), *a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial*. Sendo assim, é necessário entender como condição estrutural do capitalismo global que os países periféricos não poderão se desenvolver da mesma forma como se desenvolvem os países centrais, sendo o capitalismo dependente, portanto, um *capitalismo sui generis, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional* (MARINI, 2017, p. 326).

Com a consolidação do capitalismo industrial na Europa no século XIX, a América Latina, que já contava com uma estrutura moderna agroexportadora, acaba por ter uma participação ainda mais ativa no comércio mundial como grande exportadora de matérias-primas e como consumidora de manufaturas europeias (MARINI, 2013, p. 48; 2017, p. 327). A Europa, já no final do séc. XIX, começa a injetar capital para o desenvolvimento da indústria pesada, o que começa a dar lugar aos monopólios e à expansão de aplicação do capital para fora desses países (MARINI, 2013, p. 49).

A função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista. (...) devido à aceleração do processo de industrialização e urbanização nos países centrais, que infla a demanda mundial de matérias primas e alimentos, a economia exportadora latino-americana conhece um auge sem precedentes (MARINI, 2013, p. 49-50).

Consequentemente, com o fortalecimento do setor exportador primário, a situação da dependência desses países frente às potências industriais é agudizada e é injetado cada vez mais capital estrangeiro nesse setor de exportação (MARINI, 2013, p. 50). Tal situação de dependência é consolidada com a inserção da relação centro-periferia na *divisão internacional do trabalho* que se dá com o surgimento da grande indústria. É nesse momento que se estabelece uma *relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência* (MARINI, 2017, p. 327). Na relação de vinculação latino-americana ao mercado mundial e ao capital comercial, o que marca essa relação de dependência é o fato de que, enquanto no capitalismo central a atividade econômica se subordina à “relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento”, nos países dependentes, “mesmo que seja obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo” (MARINI, 2013, p. 50). Ou seja, se essa parte variável da mais-

valia produzida na periferia pertence aos capitalistas estrangeiros, o seu excedente só será aplicado em setores que são rentáveis ao capital comercial internacional (MARINI, 2013, p. 51), a saber, o setor exportador primário, principalmente, apesar do progressivo investimento também no desenvolvimento de uma indústria leve que pudesse suprir demandas internas. Por conseguinte,

As classes dominantes locais tratam de ressarcir desta perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo o que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial (MARINI, 2013, p. 52).

Para entender como se estabelece a condição da *superexploração* na periferia é necessário entender a dinâmica da economia capitalista como um todo, a qual se alicerça na superexploração do trabalhador, ao passo que é capaz de produzir mudanças qualitativas sobre a produtividade nas economias centrais. Marini evidencia essa condição tendo como base que “o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa²” nos países industriais (MARINI, 2017, p. 328).

A participação da América Latina no processo de industrialização europeu e sua função dentro da divisão internacional do trabalho estabelecida foi, como analisado anteriormente, a de fornecer matérias-primas industriais e produtos agropecuários, dentre eles meios de subsistência à classe operária e à própria população urbana. Isso gerou uma redução do “valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas”, o que acarretou um consumo maior de matérias-primas e resultou no *aumento da mais-valia relativa* nos países industriais (MARINI, 2017, p. 329). Dentre as problemáticas no espectro da acumulação capitalista, está a tendência do capitalismo a sucessivas crises econômicas gerada por esse aumento da mais-valia relativa, o que, segundo a teoria do valor-trabalho de Marx, resulta na *queda tendencial da taxa de lucro*. O grande problema da superexploração na periferia se

² Marini clarifica esse ponto ao demonstrar que uma maior capacidade produtiva não leva por si só ao aumento da mais-valia relativa: o aumento da produtividade não cria diretamente mais-valor, mas apenas *mais-produtos* no mesmo tempo (MARINI, 2017, p. 329). Para além disso, se a taxa da mais-valia se relaciona apenas à exploração da força de trabalho que se dá na proporção do tempo de trabalho excedente (que produz o mais-valor) e o tempo de trabalho necessário (que reproduz o valor do seu salário), é necessário que essa relação seja alterada para que se altere a taxa, de maneira que esta não se relaciona diretamente com o aumento ou com a diminuição da *produtividade*: “a mais-valia relativa está ligada indissolúvelmente, portanto, à desvalorização dos bens salário, para o que contribui, em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho” (MARINI, 2017, p. 329).

expressa na tentativa de compensar a perda de mais-valor no âmbito da própria produção interna, já que não é possível fazê-lo no nível das relações de mercado mundiais (MARINI, 2017, p. 333). Isso porque ocorre o que Marini denomina “troca desigual” entre os países centrais e os países agroexportadores no comércio internacional:

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Convém distinguir os mecanismos que operam no interior de uma mesma esfera de produção (tratando-se de produtos manufaturados ou de matérias primas) e os que atuam no marco de distintas esferas que se interrelacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis de troca; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas.

(...)

No segundo caso —transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas —o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada (MARINI, 2017, p. 331-332).

Em razão desse efeito da deterioração das relações de troca, os países periféricos agroexportadores, desfavorecidos nessa relação, buscarão formas de compensação desse desequilíbrio entre preço e valor da mercadoria, notadamente, pela adoção de três mecanismos: *a intensificação do trabalho*, que é diferente do aumento da produtividade já que não ocorre a partir de melhorias das condições do trabalhador, *a prolongação da jornada de trabalho*, que gera um aumento da mais-valia absoluta, e *a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho* (MARINI, 2017, p. 334). Ou seja, é em função da taxa de lucro em escala mundial que se pode entender a formação da economia dependente, sendo que a própria forma da exploração capitalista se dá de maneira desigual no seu conjunto (MARINI, 2017, p. 350).

Uma vez que na América Latina a produção se volta para a indústria extrativa e para a agropecuária, necessita-se de menos capital constante, já que basta exigir mais da força de trabalho do próprio homem para aumentar a produção, sendo possível “baixar a composição-

valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e lucro” (MARINI, 2017, p. 334). Consequentemente, ao estabelecer tais mecanismos de acréscimo da exploração da mão-de-obra e negar-lhe condições mínimas para que seja possível repor o desgaste da sua força de trabalho, *o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e corresponde, portanto, a uma superexploração do trabalho* (MARINI, 2017, p. 334).

Enquanto isso, nos países industriais, a acumulação do capital se baseia no aumento da produtividade, ou seja, no incremento tecnológico capaz de possibilitar ao trabalhador a produção de mais mercadorias em um mesmo espaço de tempo, sendo que, além de produtor, o trabalhador é também consumidor, seja este consumo produtivo ou individual (MARINI, 2017, p. 337). Se cresce o consumo individual, é possível impulsionar a produção de bens de consumo manufaturados e de bens supérfluos. No entanto, se nas economias periféricas latino-americanas não se possibilita ao trabalhador que haja um consumo para além do produtivo, opera-se uma cisão entre os momentos da circulação e da produção. Logo, se a circulação se dá apenas no mercado externo, não há a necessidade de na periferia existirem condições para que o trabalhador também seja um consumidor: a economia exportadora é “uma formação social baseada no modo capitalista de produção que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias” (MARINI, 2017, p. 338).

Diante dessa condição do capitalismo dependente, o processo de industrialização na periferia se calcará em bases diferentes dos países centrais, a saber, na própria estrutura da economia agroexportadora, que comprime o consumo individual e busca a saída no mercado externo; tanto por isso não foi possível uma criação maior do que a de uma indústria leve e débil que dependia de fatores externos, como crises comerciais, que implicavam na relação importação-exportação, para que houvesse uma aceleração do seu crescimento. Não é a própria demanda interna da economia dependente que impulsiona o processo de industrialização, mas sim demandas que se estruturam em função das exigências de mercado dos países centrais (MARINI, 2017, p. 340).

Como demonstrado anteriormente, a crise de 29 gerou condições favoráveis para que pudesse se estabelecer na América Latina a industrialização por meio da substituição das importações. Com um setor industrial voltado para as demandas internas, foi possível uma mudança qualitativa na economia dependente que propiciou inclusive um pacto entre a burguesia agrária e a burguesia industrial ascendente, apesar de não excluir o conflito de

interesses existente entre esses segmentos (MARINI, 2013, p. 56). A burguesia industrial se utilizou das reivindicações das massas urbanas, muitas delas voltadas para demandas de consumo, para estabelecer políticas do tipo *bonapartistas* (MARINI, 2013, p. 57) e seduzi-las por meio de fraseologias populistas e nacionalistas na tentativa de passagem para uma segunda fase do processo de industrialização — a indústria pesada (MARINI, 2013, p. 58) — e se libertar da dependência do setor externo importador em prol de um desenvolvimento autônomo como tentativa de resistência às pressões do capital estrangeiro (MARINI, 2013, p. 60).

No entanto, não foi possível a concretização de tal projeto. Marini aponta a causa como a “impossibilidade da indústria se sobrepôr ao condicionamento que o setor externo lhe impunha desde seus primeiros passos” (MARINI, 2013, p. 60). Com a importação de tecnologias que poupavam mão de obra e um momento em que a oferta de trabalho estava em expansão, era possível fixar salários abaixo do mercado. Soma-se a isso a deterioração da capacidade de importação, e a burguesia industrial acaba cedendo ao setor agroexportador, abrindo mão então do ideal nacionalista de desenvolvimento autônomo e do apoio das massas, reafirmando a necessidade da superexploração do trabalho (MARINI, 2013, p. 61). Ao passar então para um modelo de desenvolvimento integrado diretamente ao capital financeiro internacional, a burguesia é “desnacionalizada” e a superexploração se intensifica com o abandono das políticas bonapartistas de redistribuição de renda e de expansão do consumo individual (MARINI, 2013, p. 62).

A superexploração é, portanto, uma condição estrutural ao próprio processo de acumulação do capital e depende do grau de desenvolvimento das economias nacionais a incidência maior ou menor das formas de exploração e como elas se dão efetivamente. Por isso, cabe à teoria marxista da dependência *situar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários pelos quais essas leis vão se especificando: o subimperialismo é uma determinação desses graus intermediários* (MARINI, 2017, p. 352). A formação desses centros de poder no âmbito dos próprios países de economia capitalista dependente se dá a partir de uma nova divisão internacional do trabalho, já que há uma complexificação das relações de dominação que antes se reduzia na relação desses países com o capital imperialista (MARINI, 2013, p. 64). Na medida em que no contexto de expansão imperialista são transferidos aos países periféricos etapas inferiores do processo de produção, o próprio processo de avanço industrial desses países irá reafirmar a relação de dependência econômica e tecnológica frente aos países centrais. Há também aqueles países que

nem mesmo terão acesso a qualquer etapa desse processo de produção, sendo a eles atribuída a condição de consumidores, apenas: é essa discrepância que gerará esses centros subimperialistas que se associarão à metrópole no processo produtivo (MARINI, 2013, p. 65).

Nesse sentido, não é possível se referir à dependência como uma condição sistêmica “pré-capitalista”, mas entender que todas essas estruturas até o momento delineadas são manifestações da dinâmica da *acumulação capitalista*, e, em última instância, o problema da superexploração do trabalho como o fundamento da dependência (MARINI, 2017, p. 352-353). Não é possível absolver e nem desvincular o desenvolvimento do capitalismo nos centros imperialistas da condição da dependência na periferia do mundo, mas sim como uma condição que integra e cresce correlativamente ao processo de autovalorização do capital e, portanto, à própria dinâmica desse sistema. Dentro da concepção marxista, portanto, o processo de superação da dependência supõe a superação das relações de produção e de exploração nela envolvidas e enraizadas, ou seja, a adoção de uma política revolucionária de via socialista. Para Marini (2013, p. 66), *esta é a responsabilidade histórica dos povos latino-americanos e frente a ela não cabe outra atitude possível que não a prática revolucionária.*

4. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ASSOCIADO

A Teoria do Desenvolvimento Associado, elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, surge a partir do fracasso da burguesia industrial em concretizar o projeto de um desenvolvimento autônomo frente o capital internacional. Aquela demonstra o seu caráter ambivalente ao se *associar* a este e abandonar o discurso nacionalista. Segundo T. dos Santos, estes teóricos aceitaram, diante da crise do projeto nacional e das políticas bonapartistas, a “irreversibilidade do desenvolvimento dependente e a possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa” (SANTOS, 2000, p. 28). Dessa maneira, o problema em si não era o capital internacional, mas sim a burocracia de um Estado autoritário que se consuma com a instauração da Ditadura de 64 e a burguesia corporativista a ele vinculado. A tese do desenvolvimento associado ganha força com o programa econômico neoliberal imposto pelo Consenso de Washington em 1989 que integra a América Latina ao comércio mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos; caminho este de uma “submissão estratégica” (SANTOS, 2000, p. 29) que possibilitaria o desenvolvimento dentro da condição de dependência.

No livro *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*, Cardoso e Faletto irão se contrapor à Teoria do Desenvolvimento, propondo uma crítica à dicotomia simplista entre desenvolvimento e subdesenvolvimento como sinônimos de “sociedade moderna” e “sociedade

tradicional”. Para estes autores, é necessária uma *análise integrada do desenvolvimento*, em que é possível a modernização da sociedade em pautas de consumo e de políticas públicas sem que haja necessariamente uma menor dependência da periferia em relação ao centro (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 18). Tal análise suscita um cuidado metodológico com as características particulares e condições históricas específicas da situação latino-americana e a *integração dos seus grupos e classes sociais como os condicionantes principais do processo de desenvolvimento*, sendo tais interações e tensionamentos entre grupos que direcionam a marcha da sociedade no caminho do desenvolvimento e revelam as bases da estrutura política e econômica (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 21). Dessa maneira, o objetivo desses autores é “explicar os processos econômicos enquanto processo sociais”, analisando as características internas das sociedades nacionais que manifestam as relações com o externo e a forma de integração dos grupos sociais internos entre si e com os grupos externos (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 23-29). É necessário, portanto, estabelecer quais as funções que as classes sociais possuem no contexto do subdesenvolvimento e quais as alianças que geram a dinâmica social e econômica das estruturas de poder (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 37).

Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários. A dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação de grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou consumidores (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 26).

Para compreender como se dá esse desenvolvimento associado, é preciso abordar o modo pelo qual os grupos e classes sociais locais estabeleceram sua participação no processo produtivo e no mercado global e definir formas de controle institucional que possam assegurar essa participação (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 39). A primeira forma de incorporação da economia dos países latino-americanos ao mercado mundial se deu através dos próprios grupos econômicos locais que mantinham relações com os centros hegemônicos e que constituíam internamente alianças com as oligarquias locais fortalecidas com a ruptura do pacto colonial (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 42). Uma outra forma de integração da economia latino-americana ao mercado mundial foi aquela realizada por meio da economia de *enclaves* que, integrados ao capital internacional, geraram na economia um “setor moderno” que era um “prolongamento tecnológico de financeiro das economias centrais” em torno do qual toda a economia local passa a se organizar. Isso possibilitou uma especialização da economia e forte

saída de excedentes; mas tal crescimento voltado para o exterior não permitia a consolidação de um mercado interno, já que a renda se concentrava no setor de enclaves (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 48) e os lucros gerados incrementavam a massa de capital da economia central (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 51).

Após a consolidação dessa economia voltada na exportação de produtos primários, em alguns países como o Brasil, diferenciaram-se setores dentro da própria economia exportadora, estes chamados de “setores médios” que deram origem a uma incipiente burguesia industrial (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 53) e corroboraram a crise do sistema agroexportador ao pressionar os setores tradicionais para uma economia voltada para o mercado interno. No caso do Brasil, o processo de chegada desses grupos intermediários nascentes se deu com a substituição de uma aliança oligárquico-capitalista por uma política centralista que possibilitou a formação de uma base econômica urbana e uma burguesia industrial e mercantil (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 67). É quando, no processo de abolição da escravatura, os “setores médios” se aliam aos cafeicultores paulistas para afastar a “oligarquia imperial” que tais grupos passam a compor o sistema de dominação e outros grupos sociais passam a integrar a cena política. Ainda, é no governo de Vargas que a base econômica fortalecerá ainda mais a burguesia industrial e irá integrar os outros setores urbanos política e economicamente, bem como os próprios setores populares (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 65-66). Segundo Cardoso e Faletto (1975, p. 92), é essa presença dos setores populares em consonância com uma incipiente economia industrial diferenciada que irá iniciar a fase do “desenvolvimento para dentro”, com o aumento da atuação do Estado na defesa de um mercado interno por meio das tarifas alfandegárias e da introjeção de rendas do setor exportador no mercado interno em uma política de substituição das importações. Nesse momento, os arranjos de poder da burguesia industrial aliada ao aparato burocrático estatal favoreceram a tomada de políticas populistas, em que se conciliavam interesses desses distintos grupos de poderes em prol da questão do “interesse nacional”, formando uma aliança entre os setores industriais e os operário-populares (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 95) que compunham a parcela de consumidores e de mão-de-obra. Com o fracasso dessa burguesia burocratizada em concretizar esse projeto de desenvolvimento autônomo, os setores industriais passam a controlar o mercado interno não mais através de um Estado, que se mostrava incapaz na manutenção das alianças populistas e no desenvolvimento de uma economia para além de uma indústria leve já saturada, mas *devolvendo ao capital privado atividades econômicas antes estatais e dando lugar ao sistema*

capitalista industrial tal como ele pode desenvolver-se nos países latino-americanos: na periferia do mercado mundial e, por sua vez, nele integrado (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 113-115).

Dessa maneira, a interpretação do desenvolvimento associado tem como fundamento a existência de *limites estruturais precisos para um desenvolvimento industrial controlado nacionalmente, dentro dos quais jogam as distintas forças sociais* (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 118). A primeira limitação apontada pelos autores é a ruptura com o setor agrário em razão do atendimento dos anseios dos camponeses e operários urbanos, tornando-o manifestamente contrário ao Estado “populista”, em razão da adoção de uma política de transferência de renda do setor agroexportador para os setores urbanos industriais. Em segundo lugar, há uma tendência à “deterioração dos termos de intercâmbio”, uma vez que a acumulação e o financiamento das indústrias se dão a partir da renda do setor agroexportador, cujo posicionamento no mercado externo não está sob o controle interno. E, por fim, aponta-se a incorporação dos setores populares no desenvolvimento como fator intensificador de pressão das massas, o que poderia ser perigoso para o sistema se concomitante às crises de preços de exportação ou aos influxos inflacionários (CARDOSO, FALETTO, 1975, p. 119).

Diante dessas limitações estruturais, tais autores não vislumbram alternativas efetivas de desenvolvimento que não passem pela abertura do mercado interno para os capitais estrangeiros. Eles argumentam que a via do controle estatal pela burguesia nacional para a superação dessa crise não seria bem-sucedida, já que não seria possível enfrentar o setor agroexportador sem uma mudança no sistema de acordos, nem uma contensão da política salarial, que significaria enfrentar o setor operário, nem mesmo apelar para o fechamento do mercado interno sem enfrentar os setores externos dominantes. Já a via da manutenção do Estado populista traria os mesmos enfrentamentos anteriores, além de uma diminuição da participação das massas sem que houvesse uma redistribuição de renda (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 122).

Portanto, tal interpretação se centraliza na análise do processo de “internacionalização do mercado interno”, o qual, apesar de residir uma lógica de dominação externa pelos grandes monopólios internacionais, é capaz de redefinir os laços de dependência e permitir um acréscimo do desenvolvimento econômico por meio de um sistema de alianças que não o da manutenção de uma hegemonia do mercado externo (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 141). Ao adotar uma política que conciliasse os objetivos protecionistas e os investimentos

estrangeiros, uma industrialização baseada em um mercado urbano restringido, mas suficiente para permitir a criação de uma indústria moderna, apesar da intensificação das exclusões sociais no âmbito do capitalismo periférico, manifesta-se uma possibilidade de *desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente* (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 124). Nessa nova fase de desenvolvimento, apesar de o controle das decisões econômicas se situarem parcialmente no exterior, o lucro se realiza no interior da economia dependente e do consumo (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 126). As consequências desse tipo de economia, como explicitadas pelos autores, seriam a de uma maior diversificação econômica, uma redução na saída de excedentes, mão-de-obra especializada e desenvolvimento do setor terciário, o que geraria uma melhor distribuição de renda e um mercado interno fortalecido (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 127). No entanto, “o desenvolvimento do setor industrial continua dependendo da capacidade de importação de bens de capital e de matérias-primas complementares” em um processo que supõe a *internacionalização das condições do mercado interno* (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 128).

Esse processo ocorre quando nas economias periféricas organiza-se a produção industrial dos setores dinâmicos da moderna economia, basicamente as indústrias químicas, eletrônicas e automotrizes e quando se reorganiza a antiga produção industrial a partir das novas técnicas produtivas. Essa revolução industrial de novo tipo conduz a uma reorganização administrativa, tecnológica e financeira que implica a reordenação das formas de controle social e político (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 128).

Nesse sentido, se estabelece um novo tipo de dependência acompanhado de uma mudança no ordenamento da economia nacional. Esse modelo permite minimizar os efeitos da exploração colonialista e buscar alianças com vários grupos sociais ligados à produção capitalista que não só os da classe dominante. É certo que esse modelo de “mercado aberto” não desconsidera o fato de que as economias dependentes não conseguem conquistar os mercados dos países centrais e que a incorporação de capital externo por meio de tecnologias desenvolvidas nas economias dependentes ainda mantém os laços e condições de dependência. Todavia, a combinação dessa condição econômica com os *interesses políticos, as ideologias e as formas jurídicas de regulamentação das relações entre os grupos sociais é que permite manter a ideia de economias industriais em sociedades dependentes* (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 142), retornando à ideia de que são os jogos de poder e as alianças entre os grupos e classes sociais que, no curso da história, possibilitam o caminho em direção ao desenvolvimento

— sempre levando em consideração as especificidades históricas e socioeconômicas de cada país ou região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da exposição do debate em torno das teorias da dependência, é possível entender a relevância destas para o debate sociológico, político e econômico sobre a forma com a qual o modo capitalista de produção se desenvolve mundialmente e como este se relaciona estreitamente com a situação de dependência imposta às economias periféricas. Apesar das divergências, as teorias empreenderam críticas às análises anteriores sobre o subdesenvolvimento latino-americano ao evidenciar os limites estruturais do projeto burguês de desenvolvimento autônomo e as suas fundamentações teóricas que se pautavam na ideia de um “subdesenvolvimento como ausência de desenvolvimento” e, portanto, na necessidade de um modelo que pudesse superar tal situação de “atraso” econômico e social.

Por um lado, a Teoria do Desenvolvimento Associado, a partir de uma conjunção de aspectos econômicos, políticos e sociais, trouxe à tona tanto as contradições da economia capitalista, quanto as possibilidades de conciliação de interesses em um sistema de alianças entre grupos sociais internos e externos que tornasse possível um desenvolvimento dentro da própria economia dependente e em um regime político democrático — sempre levando em consideração as especificidades de cada região. Por outro, a Teoria Marxista da Dependência evidenciou contradições do desenvolvimento capitalista que não podem, em princípio, ser superadas de dentro desse próprio sistema. Nesse viés, o processo de acumulação do capital e da sua autovalorização pressupõe a superexploração no capitalismo dependente para que seu ciclo possa ser completado, sendo que a superexploração do trabalho está relacionada ao fenômeno da troca desigual no comércio internacional e que desfavorece as nações agroexportadoras, por meio de mecanismos de transferência de valor que passam por cima das próprias leis de troca.

Em ambas as interpretações, há possibilidade de se vislumbrar um projeto de desenvolvimento econômico e social na periferia liderado por uma burguesia nacional, tal como o projeto desenvolvimentista encabeçado por alguns autores da CEPAL, justamente por negarem a existência de uma burguesia que possuísse interesses genuinamente nacionais e disposta a pensar e agir de acordo com esses interesses. Apesar de Marini admitir que em determinado período da história brasileira houve uma convergência de interesses entre a classe trabalhadora e a burguesia, entende que essa convergência foi esfacelada, justamente pela

tendência do capitalismo, enquanto sistema global, de assumir na periferia a forma de superexploração dos trabalhadores, os quais eram subjugados tanto pelas elites locais quanto pelos países do centro. Também Cardoso e Faletto negam a existência de uma burguesia com interesses nacionais, entretanto, admitem a possibilidade de uma aliança entre os grupos locais e o capitalismo financeiro internacional, aproveitando-se da situação da dependência para encontrar brechas em que fosse possível o desenvolvimento econômico na periferia. Nesse sentido, defendiam a possibilidade dos países latino-americanos de adentrarem na poupança externa para financiar o seu desenvolvimento nacional, uma vez que as multinacionais e o capital financeiro internacional não eram contrários ao desenvolvimento industrial na periferia, apesar de promoverem uma maior concentração de renda e favorecerem o autoritarismo, como ocorreu no final dos anos 60 no Brasil, no período do conhecido como “milagre econômico” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 33-34).

Entretanto, conforme bem evidencia Bresser-Pereira (2010, p. 37), a vertente teórica protagonizada por Cardoso e Faletto ignorou o fato de que as multinacionais não foram os principais agentes no crescimento econômico entre os anos 30 e 60 no Brasil, mas apenas apoderaram-se das exportações dos mercados internos que haviam sido fechados, bem como olvidou que o crescimento no período foi financiado substancialmente pela poupança interna. Dessa maneira, por mais que a Teoria do Desenvolvimento Associado fosse uma grande crítica da Ditadura Civil-Militar de 64, defendendo a necessidade de um regime político democrático e que objetivasse a justiça social em primeira instância, prestou-se a uma tentativa de conciliação entre esta forma de regime democrático e liberal com o capitalismo associado (SANTOS, 2000, p. 116). Essa visão conciliatória privilegiou a visão hegemônica neoliberal e globalista, contribuindo para adoção de programas econômicos perversos na América Latina, tais como as medidas do Consenso de Washington de 1989. Estas foram formuladas por instituições financeiras internacionais, diretamente para os países periféricos subdesenvolvidos, a fim de promover um ajuste econômico que assegurasse uma estabilidade monetária e fiscal a partir da redução do aparato burocrático-estatal e da privatização de empresas estatais, de maneira que fossem reduzidos os gastos do Estado, bem como sua participação na economia, garantindo ao máximo o livre mercado.

Entretanto, a condição de dependência na América Latina não deve ser tomada como uma situação inelutável, a qual só poderia ser ultrapassada a partir de uma revolução capitalista capaz de superar uma condição *pré-moderna e feudal* de subdesenvolvimento, ou a partir de

uma “submissão estratégica” aos interesses e imperativos do capital financeiro internacional. É necessário considerar o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista, que se mostra ainda mais acentuado na periferia, bem como os limites de uma possível conciliação entre democracia e capitalismo, a qual pode elevar ainda mais os níveis de desigualdade social e revelar a face obscura do desenvolvimento no Norte-global: a superexploração como fundamento da dependência na periferia, conforme bem explicita Marini. Mesmo com a adoção da agenda de reformas recomendada no Consenso de Washington, os anos 90 apresentaram baixas taxas de crescimento em comparação ao período de 1930-1980, quando se vislumbrava uma tentativa de nacional-desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 43). Esse cenário refletiu o fracasso neoliberal em promover um efetivo equilíbrio macroeconômico e a estabilização fiscal a que se propunha, bem como em superar o problema do endividamento externo e da profunda desigualdade social que marca as nações periféricas.

É preciso, portanto, encarar a dependência na periferia como uma condição estrutural para uma possível estabilização entre capital e trabalho e capitalismo e democracia no centro, como demonstra a vertente marxista da dependência. Porém, a superação dos problemas gerados pela perpetuação de medidas de cunho neoliberais nas nações periféricas, ao menos enquanto economias capitalistas, exige “uma estratégia nacional de desenvolvimento adaptada ao novo contexto internacional da globalização e ao novo estágio em que se encontravam as economias latino-americanas mais desenvolvidas” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 43).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de Interpretação Sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, v. 9, n.3, p. 325-356, dez. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 4ª ed. Florianópolis: Insular, 2013.

AS CONTRIBUIÇÕES DO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO E
DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA
Marina de Souza Pompermayer

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas.** Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira, 2000.